

# Pressão de despesas com pessoal e custeio compromete caixas de Estados

**Eleições 2022**

Marta Watanabe  
De São Paulo

Os governadores que irão assumir o comando dos Estados em 2023 deverão encontrar saldo em caixa confortável e contas mais ajustadas do que os eleitos há quatro anos. O instantâneo favorável em primeiro de janeiro, porém, pode se desfazer logo, ainda que seja incerto em quanto tempo, apontam economistas.

O cenário esperado é de pressão em despesas de pessoal e custeio, ainda embaladas por inflação não totalmente reposta em salários e contratos, ao mesmo tempo em que as receitas devem perder ritmo não só em razão da esperada desaceleração da economia como também pela redução, desde julho, das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em combustíveis, energia elétrica e telecomunicação. A evolução mais recente de alguns indicadores, apontam economistas, dá indício de que a "bonança" dos últimos dois anos, resultante em boa parte de fatores extraordinários, ficou para trás.

O saldo em caixa do conjunto dos Estados e do Distrito Federal somou R\$ 186,25 bilhões em agosto, com alta de praticamente 40% nominais contra os R\$ 134 bilhões de 2021 e quase três vezes os R\$ 63,08 bilhões de 2020, sempre em agosto, segundo dados do Banco Central. Apesar de ainda bem acima de patamares históricos, o saldo em caixa dos Estados permanece perto dos R\$ 190 bilhões desde abril, após pico em maio de R\$ 191,37 bilhões e uma tendência crescente desde meados de 2020.

"Essa estabilização nos últimos meses leva a crer que a bonança parece começa a dar sinais de esgotamento, ainda que a posição de caixa seja relativamente confortável para os padrões históricos. A grande dúvida é quanto ela piora daqui para frente", diz o economista Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre FGV).

Ao mesmo tempo, os relatórios

**Caixa cheio**  
Disponibilidade de caixa dos Estados e DF - em R\$ bilhões



**Freio nas receitas estaduais - Contas selecionadas em R\$ bilhões**

Conta	JanAgo22	Variação real - em % JanAgo22 X JanAgo18*	Variação real - em % JanAgo22 X JanAgo21*
Receita total	84771	15,5	6
Despesa total	72787	3,9	6,9
Investimentos	46,82	117,8	131,5

Fonte: Banco Central para dados de caixa. Siconv/STN para dados de receita, despesa e investimentos.  
\*Dados de 2018 e 2021, corrigidos pelo IPCA.

fiscais enviados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) mostram que o ritmo de receitas estaduais perde parte do fôlego e as despesas se aceleram, destaca Pires. De janeiro a agosto deste ano as receitas estaduais cresceram 6% reais contra 2021, com alta de 15,5% em relação a 2018, também ano eleitoral, sempre nos mesmos oito meses. As despesas totais subiram, respectivamente, 6,9% e 3,9%. O levantamento do Valor Fiscal considerou despesas liquidadas e receitas realizadas. Os valores de 2018 e 2021 foram atualizados pelo IPCA.

Os dados também mostram que os investimentos estaduais se mantiveram fortes, no valor total de R\$ 46,82 bilhões de janeiro a agosto deste ano, com alta real de 131,5% em relação a 2021 e de 117,8% contra 2018, sempre em iguais meses. Como muito da expansão fiscal dos Estados vem sendo puxada por investimentos, diz Pires, isso permitirá que os Estados façam parte do ajuste a partir do ano que vem com redução nesse gasto.

Ursula Dias Peres, professora da área de políticas públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP), explica que o valor em caixa dos Estados deve ser visto com cuidado porque é volátil e contém recursos com destinação comprometida, como gastos já programados e despesas vincula-

das, como as da saúde e educação. A magnitude dos saldos mais recentes, porém, deve proporcionar aos governadores vencedores das urnas deste domingo contas em condições mais positivas que as herdadas pelos atuais mandatários, avalia. A questão, diz, é saber quanto tempo dura o "fôlego". O impacto da redução de alíquotas de ICMS em vigor desde julho, ressalta, deve ficar mais claro nas contas até o fim do ano.

Dados do boletim de arrecadação do Conselho Nacional de Política Fazendária mostram que a arrecadação de ICMS dos Estados já está sendo afetada pela medida. A receita com o imposto no agregado dos entes caiu 2% nominais em agosto contra agosto do ano passado. A receita própria tributária caiu 0,4% na mesma comparação.

O caixa bem abastecido, lembra Juliana Damasceno, economista da Tendências, fundamentou o uso do espaço fiscal dos Estados pelo governo federal na implementação de medidas contra a inflação e a redução do ICMS foi uma delas. O saldo favorável aos Estados, porém, aponta, resultou de uma sucessão de fatores atípicos no decorrer dos últimos dois anos.

Do lado das receitas, aponta, houve as transferências extraordinárias para combate aos efeitos da pandemia de covid-19, a arrecadação favorecida desde 2021 por pre-

ços pressionados por commodities com impacto importante na base de cálculo do ICMS, além de retomada econômica após o período mais agudo da crise sanitária. Do lado das despesas, houve em 2020 a suspensão do pagamento da dívida com a União e até o fim de 2021 os efeitos da Lei Complementar 173/2020, que restringiu contratação de servidores e reajustes salariais.

"De fato, os caixas estaduais estavam cheios. A grande questão é que os Estados não conseguem permanecer com esses caixas cheios na ausência da ajuda desses fatores atípicos", avalia Juliana. "O caixa esteve cheio não só porque os Estados estavam arrecadando mais, mas também porque estavam gastando menos. Essas duas tendências vão se inverter no curto prazo. Vai ter algum carregue deste ano e vai depender também de como o STF [Supremo Tribunal Federal] vai resolver o imbróglio das compensações da redução de ICMS aos Estados."

Renê Garcia Junior, secretário da Fazenda do Paraná, diz que ainda não tem projeção do saldo em caixa ao fim de 2022. Para o Poder Executivo do Estado, a disponibilidade de caixa atual, já com deduções, é de R\$ 16,6 bilhões. Para o ano que vem, a redução de alíquotas de ICMS deve tirar R\$ 7,2 bilhões da arrecadação.

Para Juliana, os novos governadores tendem a buscar recomposição de receitas de ICMS durante o período de "lua de mel" de início de mandato. Para ela, a definição de todos os governadores e do novo presidente será importante para o estabelecimento da forma de articulação entre Estados e União.

Há outras questões ainda no cenário para 2023 que também devem afetar o fluxo de receitas e despesas, ressalta Ursula. Os dados, diz ela, ainda não mostram o efeito cheio dos reajustes salariais dados este ano. E a pressão por reajustes deve se manter no ano que vem não somente por parte dos servidores como de fornecedores, ainda que a inflação tenha dado certo alívio mais recentemente.

Há ainda uma esperada desaceleração da economia, aponta Juliana. A Tendências projeta expansão de 2,5% do PIB em 2022, com desaceleração para alta de 0,4% no ano que vem.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 8